

EDUCAÇÃO SUPERIOR EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Maria Fernanda Pontífice*

O arquipélago de São Tomé e Príncipe é o menor país da CPLP e o segundo menor estado africano. Situado na costa ocidental de África, no Golfo da Guiné, é constituído por duas ilhas principais – a ilha de S. Tomé e a ilha do Príncipe, e vários ilhéus perfazendo uma superfície total de 1001 Km². De acordo com as estimativas, a população actual residente de STP é de 161.000 habitantes. Com um rendimento per capita de 440 USD, São Tomé e Príncipe está abaixo da média dos países de desenvolvimento baixo, ocupa o 128º lugar no ranking mundial, com um Índice de Desenvolvimento Humano de 0643 (2007).

O facto de o país ter vivido grande parte da sua história como colónia de Portugal fez com que não se equacionasse a questão da educação e muito menos a criação de ensino superior, num espaço virado essencialmente para o fornecimento de mão-de-obra para as plantações de cacau e café. Após a independência nacional, o Estado assumiu a educação e o ensino como domínios de sua competência exclusiva. Desta forma, a taxa de analfabetismo que se situava em 80%, passados dez anos já era 30%; em 1990 tinha-se aumentado significativamente a taxa líquida de escolarização no ensino primário (96,3%) e o ensino secundário conheceu um incremento de 300%.

A grande promoção do ensino secundário veio suscitar uma procura cada vez do ensino superior. Não dispondo de condições para o desenvolvimento do ensino superior no país, São Tomé e Príncipe se beneficiou e continua a se beneficiar do apoio de instituições bilaterais e multilaterais da atribuição de bolsas de estudo aos estudante para a frequência de cursos no estrangeiro.

O ensino superior formal é uma realidade bastante recente em S. Tomé e Príncipe se o compararmos com as outras paragens, no seio da CPLP, em que ele tem décadas ou conhece uma existência multissecular. Existem actualmente 3 instituições de ensino superior no país, a saber:

* **Maria Fernanda Pontífice**, Reitora da Universidade Lusíada de São Tomé e Porto Príncipe; Possui Mestrado em Ciências da Educação – Université de Toulouse II, França, 2005; Licenciatura em Letras – Línguas e Literaturas Modernas (Português/Francês) - Universidade Clássica de Lisboa, 1983.

O Instituto Superior Politécnico de S. Tomé e Príncipe – ISPSTP-é instituído em 1996 e entra em funcionamento efectivo no ano lectivo 1997-1998. Porém, é só na Lei de Bases do Sistema Educativo – Lei nº2/2003 que se vem integrar o Ensino superior universitário e politécnico na estrutura do Sistema Nacional da Educação. O ISPSTP é uma instituição pública, tutelada pelo Ministério da Educação tendo iniciado as suas actividades com cursos de bacharelato (3 anos) prioritariamente destinados à formação de professores para o ensino secundário nas áreas de Português/Francês, Matemática/Biologia, História.Outros cursos de bacharelato foram depois criados.

O Instituto Universitário de Contabilidade, Administração e Informática – IUCAI- foi reconhecido oficialmente como instituição de ensino superior, de carácter privado, em 30 de Junho de 1994. Actualmente encontram-se em funcionamento os seguintes cursos de licenciatura com a duração de 5 anos: Assessoria de Direcção; Contabilidade, Fiscalidade e Auditoria; Direito; Economia e Gestão Petrolífera; Engenharia de Telecomunicações e Informática; Direito; Engenharia de Construção Civil; Turismo.

A Universidade Lusíada de S. Tomé e Príncipe – ULSTP- Reconhecida pelo Estado através do Decreto-Lei nº 22/2005 a ULSTP é a mais recente instituição de ensino superior de carácter privado criada no país. As actividades lectivas tiveram início em Novembro de 2006, com um Ano Propedêutico para os cursos de licenciatura em Direito, Ciências Económicas e Empresariais e Informática.

As vantagens comparativas do desenvolvimento do ensino superior no país, desde que o mesmo seja de qualidade, são inestimáveis. Em primeiro lugar, tratar-se-ia de estancar a fuga de cérebros causada pelo não regresso de centenas e centenas de são-tomenses formados, o que contribui para que o país continue a debater-se com a falta de quadros, apesar de todo o investimento feito na formação ao longo dos últimos 34 anos.

Em segundo lugar, os grandes recursos gastos com bolsas de estudo para manter os alunos no estrangeiro, poderiam servir para um verdadeiro investimento no desenvolvimento do ensino superior de qualidade. Torna-se necessário a adopção duma estratégia de desenvolvimento do ensino superior no país a qual, dentre outros aspectos, deve estabelecer a relação entre o ensino superior e os outros níveis de ensino e o engajamento do estado no

financiamento e na mobilização de recursos sobretudo para assegurar aos jovens rapazes e raparigas os apoios necessários para poderem frequentar, com dignidade, uma instituição de ensino superior no país, seja ela pública ou privada, uma vez que os fins são sempre públicos mesmo quando se trate de iniciativas privadas no âmbito do ensino superior.

Palavras-chave: Seminário Internacional Educação Superior na CPLP/PUCRS; RIES – Rede Sulbrasileira de Investigadores da Educação Superior; Educação Superior; Porto Príncipe.